

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 28 DE ABRIL DE 2011

N.º 2/2011

DIA: Vinte e oito de Abril do ano de dois mil e onze.-----

HORA: Dezanove horas e cinco minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENCAS:-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD)-----

2º SECRETÁRIO: Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado(PPD/PSD);----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD – Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, em substituição do Dr. Rodrigo
Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD – Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental ;-----

PPD/PSD – Dr.ª Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP - Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP - António Gomes;-----

CDS/PP – Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP - José do Nascimento Peres;-----

2011.04.28

CDS/PP – Dr^a Sofia Almeida Silva Ferreira, em substituição do Eng^o Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS – Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dr.^a Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS – Manuel de Sousa Pinho;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD – Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD – Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Humberto Manuel Moreira Oliveira, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

Chegou mais tarde, como oportunamente se faz referência, o Dr. António Fernando Pina Marques (PPD/PSD).-----

FALTAS:-----

CDS/PP – Dr.^a. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra.-----

2011.04.28

CDS/PP - António dos Santos Sousa.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu que, por impossibilidade do 1º Secretário da Mesa, Dr. António Fernando Pina Marques, estar presente desde o início da sessão, este era substituído pela Sr.ª Eng.ª Maria de Fátima Castro Soares da Silva Fonseca, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Regimento desta Assembleia, sendo designado ao abrigo do disposto no n.º 4 do mesmo artigo, a Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado para ocupar o lugar de 2.º Secretário nesta sessão.-----

Deu conhecimento que, após comunicação da impossibilidade de estar presente do Dr. Rodrigo Oliveira da Silva e do Engº Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos, foram convocados nos termos da Lei, o Dr. Carlos Alberto Sousa Matos e Drª Sofia de Almeida e Silva Ferreira, respectivamente, para preencher as vagas e participarem nos trabalhos da sessão. Comunicou ainda que o Dr. Almerindo Tavares Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, por impossibilidade de estar presente, se fez representar pelo seu substituto legal, Dr. Humberto Manuel Moreira Oliveira e o Sr. Manuel Correia Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal, por impossibilidade de estar presente, se fez representar pelo Sr. Valter Jorge de Bastos Tavares.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que estava disponível para consulta toda a correspondência recebida desde a última sessão. Informou ainda que a Banda de Música de Vale de Cambra celebrou o seu centenário e que,

2011.04.28

juntamente com a Banda de Música de Junqueira, estas fazem de Vale de Cambra um município com uma forte identidade cultural na vertente musical, prestando homenagem à actual e anteriores direcções, músicos e beneméritos. Referiu também as comemorações dos cinquenta anos da Adegua Cooperativa de Vale de Cambra congratulando esta entidade pela sua forte ligação e suporte que teve no desenvolvimento agrícola do município, que conseguiu subsistir apesar de contratempos, tais como o PAC – Política Agrícola Comum, que destruiu a agricultura e foi um factor de desertificação do país e de Vale de Cambra. Reconheceu o trabalho feito e congratulou os actuais e anteriores sócios. Regozijou-se com a tomada de posse dos órgãos sociais da Fundação Luíz Bernardo de Almeida. Nesta crise é necessário que as instituições de solidariedade funcionem com todas as suas capacidades.-----

Estando aberto o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados municipais que solicitaram intervir:-----

O Sr. António Gomes proferiu a intervenção que, a seu pedido, fica transcrita em acta: -----

“Com a notícia publicada no Jornal de Notícias, encomendada por V. Ex.^a Sr. Presidente da Câmara, no dia 14 de Abril de 2011, como faz aliás também com a comunicação social cá da terra amiudamente, onde diz que “Vale de Cambra está com um volume de obras que nunca teve desde o 25 de Abril”, está mais uma vez a passar um atestado de menoridade e ignorância ao Povo de Vale de Cambra e ao mesmo tempo a perder a sua pouca credibilidade no concelho (ver últimos resultados de S.P. Castelões).-----

Mas em meu entender, creio que o bom povo de Vale de Cambra, não tem como V. Ex.^a, a memória curta, e reconhece de certeza que V. Ex.^a está a mentir juntamente com a jornalista desse Diário. V. Ex.^a ainda acredita que passa uma

2011.04.28

esponja na memória do Povo de Vale de Cambra, apagando-a para não se lembrarem mais de quem de uma só vez, com o Primeiro Ministro da altura, Cavaco Silva, trouxe sete milhões de contos? Ou seja, catorze milhões de euros, isto apenas para quatro vias de comunicação E.N.328 -Vale de Cambra – Sever do Vouga (2,2 milhões); E.N. 227 Vale de Cambra – Arões; 1,8 milhões, e E.N. 224 Vale de Cambra – Oliveira de Azeméis, 3 milhões (veja Jornal de Notícias de Cambra de 21 de Novembro de 2004).-----

Quem afinal fez mais? Duas Escolas Novas; o Complexo Escolar das Baralhas; a Praça Pública de S. Pedro de Castelões (que agora quer destruir como fez com a Av.^a Infante D. Henrique entre outras); O Quartel da GNR, (só o terreno custou 42.700 contos que agora metade é da sua empresa); O Palácio da Justiça; A Biblioteca Municipal (pagou-se de mais de um milhão de contos em terrenos); Quem mandou fazer o Centro Coordenador de Transportes, a Praia Fluvial de Burgães, o Centro Cívico de Rôge e o Centro Social de Macieira de Cambra? Quem mais ajudou as colectividades no concelho, a sede da Banda de Música Flor da Mocidade Junqueirense, o Pavilhão da ACR, o Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, o Centro de Convívio e Recreio da Sr^a da Saúde, a Associação Cultural e Recreativa Educativa Cepelense, o Centro Cultural e recreativo Os camponeses de Sandiães? Isto para não falar nas estradas e Avenidas por todo o concelho nunca vistas. Para a água e saneamento “Grande Porto Sul” do Fundo de Coesão vieram um milhão e duzentos mil contos só em água “Captação em Padraustos, 630.000 contos mais 18 reservatórios; (que agora até pensa em vender). O complexo desportivo das Dairas com Pavilhão Gimnodesportivo e Piscina Municipal coberta e descoberta e respectivas acessibilidades.-----

2011.04.28

Quantos milhões V. Ex.^a prevê que tudo tenha custado? Poderá V. Ex.^a chegar aos cem anos que nunca conseguirá executar uma décima parte do que mencionei e o que faltou ainda mencionar.-----

Por isso a jornalista Milene Marques, que não volte a escrever o que é mentira e V. Ex.^a Sr. Presidente, deveria moderar o seu discurso a respeito de obras, vá fazendo as suas (os seus elefantes brancos) e vá pagando, mas mesmo assim vai deixar uma herança muito pesada, a quem tiver o azar de o substituir.-----

Realizou-se nos dias 9 e 10 de Abril no concelho, a Prova de Motociclismo ENDURO. Tudo bem até aqui, no entanto não sei se sabem que a mesma prova foi feita, não só em estradas e caminhos municipais mas também em propriedades privadas, sem o consentimento dos seus proprietários nomeadamente no Cambalhão, freguesia de S. Pedro de Castelões. Assim sendo, lamento sinceramente a intervenção de um vereador do CDS na reunião da Câmara Municipal de 22 de Março de 2011, que disse na mesma, “ver com agrado Vale de Cambra ter uma vez mais a Prova Mundial de Enduro e da projecção do Município a nível Mundial”. Não sei de onde é este senhor Vereador mas se for de Vale de Cambra e principalmente de S. Pedro de Castelões (aconselho-o a lá ir ver por onde passaram) com certeza não proferia estas blasfémias, depois de ter visto os seus terrenos privados invadidos por estes pilotos que nem sequer de Portugal eram (talvez, apenas um, de Ovar e manco).--
Desta questão só lamento que a Câmara Municipal tenha acompanhado e apoiado o evento embora de impacto distrital mas pelos factos apontados completamente ilegal e que poderia e deveria ter sido interrompido pelos proprietários, nos termos da Lei.-----

Também já foi dado conhecimento e participado tal facto às Entidades competentes nomeadamente ao SEPNA GNR de Oliveira de Azeméis, Ministério do Ambiente, e penso que os proprietários dos terrenos invadidos, deveriam

2011.04.28

participar ao Ministério Público nos termos dos artigos 334º e seguintes do Código Civil (Invasão de propriedades particulares).-----

Nada tenho contra a prova em si, acho que foi uma prova muito bonita, mas, lá que o nosso país esteja mal, acredito, mas a legalidade ainda deve prevalecer acima de tudo. A Câmara Municipal, ao ter conhecimento, não deveria autorizar tal prova em terrenos particulares, embora tenha a certeza que a Câmara Municipal não teve esse conhecimentos mas devia ter tido. Não devia também ter autorizado que fosse invadido um campo de treino de caça que a freguesia de S. Pedro de Castelões tem no Cambalhão, devidamente legalizado, que pertence a outra associação do concelho, cujos documentos estão na posse da Câmara Municipal. Peço desculpa por tudo isso mas Câmara Municipal não esteve bem. A fauna e flora do concelho sofreu com isso, talvez por isso não os quiseram na Figueira da Foz. Faço votos para que a Câmara Municipal, como pessoa de bem, ao autorizar estes eventos, se certifique que os mesmos estão em conformidade e que o que se passou não volte a acontecer.-----

Também tive conhecimento que o Grupo do CDS/PP questionou a Ex.^a Câmara Municipal sobre a instalação de uma ATM na Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, quando, e, com dinheiros públicos do Povo de S. Pedro de Castelões, nunca questionaram uma obra (cara) para a instalação de um ATM naquela Freguesia, em lugar perigoso, bem como o ATM na Junta de Freguesia de Rôge, bem como, na Central de Camionagem. Não acham estranho uma coisa destas? Querem saber que estes iluminados Vereadores do CDS querem mandar numa Junta de Freguesia do PS, que venceu as eleições por maioria absoluta e outra do PSD? Não sabem que os seus senhores presidentes são responsáveis pelo local onde estão instalados? É por estas e por outras, que se calhar o actual cabeça de lista do CDS/PP na altura das últimas eleições não arranjou candidatos para concorrer em todas as Freguesias. Tenham juízo e limitem-se à vossa

2011.04.28

competência sem interferência de outros Órgãos Autárquicos que em nada vos diz respeito. Isso sim, seria bom senso o que parece não estar a abonar essa bancada política, e que desde já lamento.-----

Quero dar os parabéns à Câmara Municipal pela (até que enfim), pavimentação da estrada do Campo da Raposeira ao Outeiro, estrada de Macieira de Cambra a quase Malhundes, a Rua Vasco da Gama e Rua Camilo Castelo Branco na Cidade, todo o apoio e colaboração que deu à Igreja Matriz de Vila Chã, beneficiação da Junta de Freguesia de Cepelos e seu envolvente e ao levar a concurso a Alameda da Srª da Saúde (até que enfim, na minha terra também está de parabéns). Também já vejo limpezas nas estradas e caminhos municipais. Como vêm nem tudo é mau.”-----

O Sr. Albano Oliveira Braga proferiu a seguinte intervenção: “A abertura da Rua do Largo do Souto, na Cruzinha, projecto de 1993!!, não estava contemplado na ordem de trabalhos, na Assembleia Municipal de 28/02/2011.-----

Nos dias 28 e 29/02/2011, os Herdeiros - minha mãe, meus irmãos e eu próprio, receberam uma carta da Câmara Municipal, na sequência de contactos escritos e pessoais, com o objectivo de se alcançar uma plataforma de entendimento relativamente à construção da via. -----

Extemporaneamente e a despropósito, o Senhor Presidente da Freguesia de Codal, solicitou um pedido de esclarecimento acerca da referida estrada.-----

As intervenções seguintes do Senhor Presidente da Câmara, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Codal, do Senhor Deputado Manuel Domingos, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do Senhor Deputado António Gomes e de mim próprio, não vieram esclarecer o que quer que fosse, trazendo só confusão ao assunto, confundindo todos os presentes quanto à verdade dos factos.-----

2011.04.28

Neste caso, estiveram muito mal os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Codal e da Assembleia Municipal, porque ao falarem e insistirem em argumentação incipiente, entraram num campo melindroso, que foi o de fazerem juízos de valor e de carácter de meu pai e da minha família, coisa que não admito. Neste caso, as afirmações dos referidos Senhores configuram e indiciam a falta da honra, de nobreza, da palavra dada, do carácter da minha família, o que considero uma injúria e difamação.-----

Como tal, e como os Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, os restantes Presidentes de Junta e Senhores Vereadores merecem todo o meu respeito, informo que na devida altura, farei uma intervenção acerca da história dos terrenos referidos, contando a verdade dos factos, até porque, há sete testemunhas deste processo, que não me deixarão mentir!”-----

O Presidente da Assembleia referiu que este assunto deveria ser apresentado como intervenção do público, uma vez que se referia a um assunto particular não entrando no âmbito dos assuntos a tratar no período de antes da ordem do dia.----

O Dr. João Pedro Bastos da Silva referiu que a pedido do líder da Juventude Socialista, face à reunião havida com a vereadora de Juventude, via com satisfação, serem aprovados pela Câmara Municipal, as propostas lançadas no último Manifesto Autárquico, referindo como exemplo o Cartão Jovem Municipal, o Conselho Municipal da Juventude e várias políticas de fixação de jovens através dos descontos em taxas e serviços municipais. Quanto à Casa da Juventude, disse que nos próximos meses será uma realidade, facto que deixará os jovens Valecambrenses contentes por ter sido uma vitória conquistada pela juventude de Vale de Cambra. Comentou a tomada de posição sobre a manifestação do Bloco de Esquerda sobre o repúdio da não realização de Festival do Trebilhadouro, não se tendo contudo, referido à Romaria à Sr^a da Saúde, uma das mais tradicionais. Em nome da bancada, refere que compreende que hajam cortes mas que a

2011.04.28

cultura é um bem essencial para a sociedade mostrando-se disponível para arranjar soluções para que não se percam no futuro, estas festas tradicionais do concelho. Congratula a Câmara Municipal pela posição tomada, de ouvir uma Juventude partidária, aceitando as propostas apresentadas para beneficiar os jovens do município. O seu princípio de actuação é de, não criticar, mas apresentar-se como alternativa porque o poder político deve aproximar-se da população que o elegeu, sugerindo então à Câmara Municipal a criação de orçamentos participativos aquando da elaboração do Orçamento para 2012, instrumento eficaz para uma democracia directa na sociedade. Comunica que a posição da Juventude Socialista é de total disponibilidade para ouvir e ser ouvida em qualquer projecto que envolva a juventude. -----

Referiu que o encerramento do Parque de Estacionamento gratuito dava razão à previsão feita pela bancada do Partido Socialista sobre a não existência de estacionamento gratuito no centro de Vale de Cambra solicitando à Câmara Municipal um relatório escrito sobre avaliação da rentabilidade e funcionamento, dos últimos 3 meses, do Parque de Estacionamento para o qual foi aprovado um Regimento em sessão da Assembleia e quais os compromissos que a Câmara Municipal tem com a empresa gestora do Parque, a curto, médio e longo prazo.---

O Sr. José do Nascimento Peres respondeu ao colega de bancada, Sr. António Gomes, dizendo-lhe que a actuação naquela Assembleia só seria independente se esta não tivesse qualquer vínculo estratégico-partidário, nem em defesa de interesses particulares. -----

Explica que o pedido de instalação da ATM em Macieira de Cambra, independentemente da pertença do edifício em causa, foi apresentado em reunião da Câmara Municipal aos Vereadores do CDS/PP que ali foram referidos, tendo estes questionado a existência de regulamentação nessa área ou qualquer documento de base legal que suporte a deliberação, tendo então sido retirado o

2011.04.28

assunto da reunião por mútuo consenso, para posterior apreciação baseado em estudo, cujo tempo de elaboração seria de um ano. Referiu que entretanto a máquina tinha sido instalada e na reunião seguinte estes vereadores, sabendo disso, somente confrontaram o executivo sobre a votação de um assunto que já era um facto consumado. A decisão tomada não foi posta em questão mas, se a maioria, em reunião da Câmara Municipal, pertence ao PSD/PP, acha que não se terão de pedir responsabilidades ao CDS/PP nesta questão, pois o executivo tem condições de decidir à semelhança do que fez em relação a outras instalações de ATM's cuja decisão de autorização foi tomada.-----

O Engº Jorge Miguel Martins Quental convidou os presentes a assistir à palestra com a presença do Prof. Nelson Martins, Engº José Bastos e Major Valentim Loureiro, a realizar pela JSD no âmbito das comemorações do 37º aniversário do 25 de Abril, no próximo sábado, no auditório da Biblioteca Municipal.-----

O Sr. António Gomes esclareceu que o banco de Vale de Cambra se chamava Crédito Agrícola, explicando em linhas gerais o seu funcionamento e como tinha ocorrido a colocação de uma Caixa ATM em Vila Cova de Perrinho, a pedido do Presidente da Junta de Freguesia de então. Tendo em conta o pedido de uma dessas Caixas para a Freguesia de Macieira de Cambra, face ao prejuízo que aquela dava, por decisão dos Administradores do Banco, a mesma foi transferida para aquela freguesia, por uma questão de rendimento. De entre outras colocações de Caixas que se tem feito em Vale de Cambra, referiu que nunca vira qualquer interferência por parte da vereação da Câmara Municipal, sendo a intervenção feita em reunião da Câmara Municipal, a questão fulcral do esclarecimento dado.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal aconselhou a bancada do CDS/PP a reunir e a estudar os assuntos que vão ser discutidos na sessão da Assembleia,

2011.04.28

contribuindo para a celeridade nas intervenções. Sobre a intervenção do Sr. António Gomes, referiu que a considerou cheia de indirectas e entrelinhas, estando já habituado ao seu discurso não fazendo por isso qualquer comentário, apesar de algumas afirmações serem de elevada gravidade. Referiu somente que em entrevista não se referiu às obras de outros mandatos, feitas por autarcas do seu partido, como o então Presidente da Câmara, Sr. Dr. António Fonseca, quando Vale de Cambra era uma cidade "envergonhada". Em meia dúzia de anos muito foi feito para que Vale de Cambra seja uma cidade moderna. O que disse foi que, apesar da crise mundial e nacional, em Vale de Cambra se assiste ao maior volume de negócios desde o 25 de Abril, que se traduz em obras, que tanto a nível da Administração Local como da Administração Central, superam os trinta milhões de euros.-----

Referiu que desde que é Presidente da Câmara sempre optou pelo orçamento participativo mencionado pelo deputado municipal Dr. João Pedro Bastos da Silva, convidando a participar as forças partidárias que não têm representatividade na Câmara Municipal. Neste ano, tal como no ano passado, o PS não compareceu. Sobre o Parque de Estacionamento referiu que já foi pedido um estudo financeiro a uma equipa externa de auditores, sendo através deste possível verificar qual o real situação financeira do Parque de Estacionamento.----

O Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sr. Carlos Manuel Almeida Dias referiu que a colocação das caixas ATM dependia da sua rentabilidade, tendo sido recebidos muitos pedidos das Juntas de Freguesia mas que nem todos podiam ser satisfeitos apesar de serem indispensáveis nos dias que correm. O pedido feito pela Junta de Freguesia de Macieira de Cambra foi atendido e a Caixa foi colocada no edifício por esta administrado, tendo sido este acto louvado pelo grupo do CDS/PP em Assembleia de Freguesia. Explicou ainda que o motivo de discórdia residia na despesa que as Caixas ATM espalhadas pelo concelho

2011.04.28

têm e que nunca foi cobrada à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo até ao momento em que surgiu uma conta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho cessante, Sr. Manuel Fernandes, não sendo de justiça ser pago num local e nos restantes não. De todas as colocações de ATM nunca houve nenhuma interferência por parte dos políticos, não entendendo o que fez gerar esta discussão.-----

O Sr. Manuel Sousa Pinho Pinho questionou a razão da colocação das redes do prédio do Mercado, tendo em conta o mau aspecto que dão a uma das entradas na cidade. Solicitou a revisão do site da Câmara Municipal no que respeita às instituições e respectivos apoios de 2010, cuja informação é nula apesar de ter conhecimento que existem apoios concedidos. Sobre as candidaturas relativas à disponibilização de equipamentos desportivos e qualificação de infraestruturas culturais, pretende saber quais os equipamentos e infraestruturas que irão ser qualificadas ao abrigo dos protocolos de financiamento ON2. Nos sete protocolos assinados existem obras que foram discutidas com instituições, como é o caso da Av. Camilo Tavares de Matos cujo projecto inicial foi abandonado, estando previstas obras pontuais. Sobre aquela Avenida disse que se o projecto era de ter um só sentido teria de haver uma alternativa no sentido contrário pensada na ligação desta avenida com a Rotunda do Milénio cujo projecto ainda não surgiu para aprovação. No projecto de requalificação do Centro Urbano existiam actividades de animação a realizar, como o Grande Prémio de Fórmula Roll que já se realizou, não entendendo a sua actual contratualização.-----

O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares disse ter entendido que a questão da Caixa ATM era meramente pessoal e que na questão da prova Campeonato do Mundo de Enduro, a Câmara Municipal estava de parabéns por ter apoiado este evento que deu muito rendimento aos restaurantes locais. Referiu que o responsável de uma equipa francesa participante era um Aroense, tendo este

2011.04.28

prometido regressar no próximo Verão, acreditando assim que, face ao evento, muitos outros virão visitar o concelho. Sobre o assunto relacionado com a cedência de terreno do Sr. Albano Oliveira Braga e, conforme acta da última sessão, pede para ser esclarecida a questão da assinatura de um documento que cedia gratuitamente os terrenos surgindo posteriormente negociações que implicavam despesas para a Câmara Municipal.-----

O Dr. António Paulo Soares Barbosa referiu que a prova do Campeonato do Mundo de Enduro foi internacional e não distrital. Saudou a presença de 3 ilustres Cambrenses presentes nas listas de candidatos a deputados à Assembleia da República e acrescentou que o custo dos estudos pedidos sobre o funcionamento do Parque de Estacionamento, não pagariam o funcionamento do referido Parque.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva referiu que o estudo deveria ser feito por técnicos da Câmara e nunca com a contratação de empresas e que seria bom ter resultados dos primeiros meses do seu funcionamento.-----

No seguimento da sua anterior intervenção, sobre o orçamento participativo, respondeu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que o Partido Socialista não foi ouvir a proposta de orçamento conforme afirmou, por confiar nas opções que apresentou em Assembleia, sendo da sua competência somente aprovar, rejeitar ou abster-se aquando da sua votação na sessão. Acrescentou que o orçamento participativo era diferente, sendo através deste método, disponibilizada uma verba do orçamento global para a população decidir qual a obra a fazer, sistema que seria uma forma de aproximação do cidadão ao poder político.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à vereadora do pelouro do Desporto **Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues**, que, respondendo às questões ali postas sobre o Enduro, pelo Sr. António Gomes, esclareceu que o Sport Club de Cambra, realizou o Campeonato do Mundo de Enduro e que nos dias 9 e 10

2011.04.28

de Abril, os seus elementos se dedicaram de corpo e alma contactando as populações com o objectivo de obter permissões para a passagem nos seus terrenos que adequaram à dita prova.-----

Referiu que terão de apoiar este tipo de eventos, pois atraem milhares de pessoas a Vale de Cambra. Entende que tal gera algum transtorno ao quotidiano dos Valecambrenses, designadamente a nível de estacionamento e ruído, questões às quais os Valecambrenses estão mais sensíveis. Refere que se deve começar a olhar para os benefícios, designadamente para o turismo, pois é importante ver os visitantes a usufruir dos serviços prestados em Vale de Cambra, designadamente, os da restauração, abrir horizontes, receber bem os turistas e ajudar os clubes como o Sport Clube de Cambra a concretizar projectos ímpares em termos turísticos, desportivos e até culturais em Vale de Cambra.-----

Acredita que pode ter havido situações que não tenham sido conduzidas da melhor forma, mas que será algo a discutir com os responsáveis pelo evento, uma vez que a Câmara Municipal apenas esteve associada ao evento, em termos logísticos e com muito prazer.-----

Agradeceu as palavras do deputado municipal, Dr. João Pedro Bastos da Silva, acrescentando que estão receptivos a ouvir todas as sugestões dos Valecambrenses, procurando alcançar melhores políticas em prol da melhoria de vida dos vinte e cinco mil Valecambrenses. Convidou os presentes, em nome do Sr. Presidente da Câmara, para a inauguração do Espaço Nova Geração, no próximo dia 20 de Maio, pelas 17 horas na Casa dos Ribeiros, projecto que acredita ser bastante promissor como melhoramento da vida dos jovens Valecambrenses.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondendo ao Sr. Manuel de Sousa Pinho referiu que as grades existentes junto ao prédio por este referido se devem ao facto da camada do reboco estar a cair e foram colocadas no sentido de

2011.04.28

proteger pessoas e bens. O Condomínio já foi notificado para proceder às obras necessárias, havendo uma situação semelhante junto à estação dos CTT, tendo também já sido notificado o condomínio do imóvel. Sobre o site da Câmara Municipal agradeceu o alerta, informando que será corrigido. Desafiou as instituições para que dêem matéria para se inserir no site para que se publicite tudo o que se faz em Vale de Cambra ao nível associativo. Sobre o protocolo assinado com o Engº Carlos Duarte esclareceu que as medidas de disponibilização de equipamentos desportivos e requalificação de estruturas se referem à aquisição de um novo palco, uma passerele, tenda iglo, stands, um determinado número de material moderno, para uso exclusivo da Câmara Municipal devido à necessidade da sua conservação durante pelos menos oito anos, por imposição europeia. Quanto à Fórmula-Roll, informou que foi feita uma candidatura global sendo assinados protocolos sectoriais, como foi o caso, sendo necessário fazer o procedimento posterior para a recepção do financiamento.-----

Relativamente à questão da Av. Camilo Tavares de Matos, esclareceu que aquela primeira versão do projecto, a da uma via ascendente, já tinha sido abandonada há cerca de dois anos atrás. Mostrou-se surpreendido por estarem a questionar o presente projecto, pondo questões já claramente ultrapassadas, uma vez que este foi um dos projectos mais discutidos publicamente. Informou que assinou o contrato para a realização das obras na Av. Camilo Tavares de Matos e que pretendem levá-las a efeito com o mínimo impacto para os comerciantes, de acordo com o compromisso assumido perante estes, sendo então realizada uma 1ª fase até ao Cinema e posteriormente a restante, entre os meses de Janeiro e Maio, considerada a época baixa no comércio. Informou ainda que se fará uma apresentação pública final do projecto no sentido de dissipar todas as dúvidas sobre aquela obra. Sendo a única zona em Vale de Cambra que possui a rede de água pluviais e esgotos no mesmo caneiro, há uma grande necessidade de se

2011.04.28

concretizar o mais urgentemente o projecto de renovação da Avenida em questão.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO

DE 2011: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a acta da sessão ordinária de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, por maioria de vinte e dois votos a favor com cinco abstenções dos deputados municipais, Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, Albano de Oliveira Braga, Dr^a Sofia Almeida Silva Ferreira e Manuel de Sousa Pinho.-----

Declaração de voto do deputado municipal Sr. Albano Oliveira Braga:

“Quanto à aprovação da acta da Assembleia Municipal de 28.02.2011, declaro a minha abstenção, por motivo de ter abandonado a mesma, depois da discussão do ponto n.º 1.”-----

Retiraram-se da sessão os Presidentes das Juntas de Freguesia de Cepelos, Rogério Brandão dos Santos e de Vila Chã, Vítor Manuel Ribeiro Tavares e **chegou à sessão** o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques.-----

2. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO

2010: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 15 de Abril de 2011, que aprova os documentos de prestação de contas do ano de 2010, cuja cópia se encontra apenas à presente acta bem como Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Auditor Externo, distribuídos aos presentes na sessão.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este ressaltou que mais uma vez se fez questão de cumprir com a lei das finanças locais, pese embora todas as dificuldades, decorrentes da situação financeira que se vive. Houve quebras significativas no estado económico do país e grandes perdas de verbas transferidas do Estado devido aos PEC. Nos últimos 2 anos a Câmara Municipal perdeu mais de um milhão de euros de transferências directas do Estado devido

2011.04.28

aos PEC's. Informou que a execução orçamental é de 52%, pois a execução orçamental para nós é obra feita e paga, não considerando a não paga como execução orçamental, pois se assim fosse a execução andaria na ordem dos 78%, muito próximo do Orçamento. Referiu não ser um problema o ligeiro empolamento do orçamento porque a Câmara Municipal tem património para cobrir o orçamento e com a volatilidade do QREN existe verba para suportar candidaturas. Salientou que estamos inseridos na Área Metropolitana do Porto, num total de 16 municípios, tendo Vale Cambra a maior taxa de execução do QREN, de 82%, sendo a média da AMP de 26% (incluindo os 82%). Aquela boa execução permite que os municípios acima de 75% recorram à Bolsa de Mérito e Vale de Cambra é uma das poucas câmaras que pode recorrer. -----

Falou do artigo 5.º da Lei das Finanças locais, que considera ser uma grande injustiça, tendo em conta o pagamento no ano de 2010 de 1.999.581,20€, de amortização de dívida, acrescido de 243.800,00 euros de juros. Disse que a Câmara está a amortizar uma dívida a longo prazo com taxas praticamente nulas mas, para cumprir com a Lei das Finanças Locais e com os sucessivos PEC's, verá aumentar a sua dívida a curto prazo, com taxas de juro muito altas que variam entre os 9 e os 12%. Argumentou que se é lançada uma medida extraordinária chamada PEC deveria haver outra que suspendesse o artigo 5.º da LFL. Muitas Câmaras vão entrar certamente em falência técnica, muito em breve pois será impossível amortizar cerca de dois milhões e duzentos mil euros, ser reduzidos em mais de um milhão de euros e com a arrecadação de menos receita. O FEF caiu motivado pelos PEC's, a Derrama passou praticamente para metade fruto das dificuldades das empresas, o IVA que a Autarquia paga subiu exponencialmente, sendo difícil "chegar com o barco a bom porto".-----

Informou que, pela primeira vez, as Contas foram auditadas, tendo providenciado a entrega de dois documentos – a Certificação Legal das Contas, e o Relatório e

2011.04.28

Parecer do Auditor Externo, ambos datados de 21.04.2011, os quais ficam apensos à presente acta. Mostrou satisfação na análise feita pelos auditores externos e **passou a palavra ao Sr. Dr. Rui Valente, Chefe da Divisão Financeira**, para a apresentação das Contas. Este começou por referenciar a diminuição das receitas de capital comparativamente aos dois anos anteriores. Saliou que em 2009 se verificou a contracção de um empréstimo conhecido como PREDE – Programa de Regularização Extraordinária da Dívida do Estado, que Vale de Cambra conseguiu um financiamento a esse nível, de cerca de 5 milhões de euros. As receitas de capital são cerca de 5 milhões de euros, menores que em 2009. Independente dessa questão é facto que a importância arrecada em 2010 em receitas correntes, constituiu 66% (numero redondos) do total da receita e 34% das receitas de capital. Referiu que o abaixamento da receita é também fruto do início do Quadro Comunitário de Apoio. E que a situação referida tem implicação imediata no âmbito da despesa e, só se paga se houver receita que tal permita. Refere-se a uma diminuição de cerca dois milhões de 2009 para 2010, fruto de ambas as situações atrás referidas, nas quais a importância paga a título de despesas correntes se traduz em 59% do total das despesa, respeitando 41% às despesas de capital. De seguida, apresentou a evolução da despesa por classes, salientando a redução avultada da despesa em bens e serviços, comparativamente a anos anteriores; um aumento das despesas correntes, vulgarmente entendido como subsídios. Acrescentou que os encargos financeiros correspondem aos juros pagos por força das amortizações efectuadas e que a redução foi cerca de metade, sendo as amortizações incluídas nos passivos financeiros, onde se regista uma amortização de dois milhões e onze mil euros, residindo a diferença para o número referido pelo Sr. Presidente, nas garantias bancárias de cerca de doze mil euros.-----

2011.04.28

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimento (PPI), informou que a Educação, Cultura, Desporto, Recreio e Acção Social, viu um montante executado de um milhão e noventa e cinco mil euros; o Planeamento, Saneamento, Abastecimento de Água, Meio Ambiente e Cemitério, um milhão quinhentos e oitenta mil euros; Indústria, Energia, Comércio e Turismo duzentos mil euros, Transporte e Comunicações um milhão e trezentos mil; Instalações e Equipamento Municipais seiscentos e setenta e seis mil euros, num total de quatro milhões novecentos e doze mil euros, como execução paga do PPI. -----

Por fim, e relacionado também com o ponto seguinte da ordem de trabalhos, explicou que é normal, por enquadramento legal, a utilização do saldo da gerência anterior no que diz respeito à execução orçamental, no valor de novecentos e sessenta e cinco mil euros, para uma revisão orçamental. Traduz-se na diferença entre a execução do orçamento de dois mil e dez e a utilização desse saldo é efectuada em 2011, por força de uma revisão orçamental.-----

Explicou também que o resultado líquido do exercício de 2010, se cifrou em novecentos e quarenta e sete mil e novecentos e vinte euros, sendo 5% por imposição legal usado como reforço da conta de reservas legais, por força de implementação do POCAL, ponto que faz também parte da ordem do dia da sessão. -----

Finda a explicação do ponto, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra aos Deputados Municipais que pretendiam intervir.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva transmitiu o desejo de receber os documentos em suporte digital. Referiu que o Relatório de Gestão não clarifica nem justifica a actividade no último ano. Da análise feita, verificou que o Município reduziu em 10%, o excedente de endividamento, cumprindo a Lei das Finanças Locais e evitando qualquer penalização, de acordo com o citado no referido Relatório, tirando dali a conclusão que a Câmara estava sobreendividada, com uma dívida

2011.04.28

acima do legal, e que o Presidente da Câmara viu esgotada a capacidade de endividamento tendo de reduzir o excedente em 10%. Saliou ainda que houve uma quebra de investimento de 50% ao longo do último ano, o que lhes traz algumas preocupações, entretanto esclarecidas. -----

Referiu que do Plano Plurianual de Investimentos e respectivo orçamento para o ano de 2011, foram executados quatro milhões de euros concluindo daí que a execução do orçamento se situa nos vinte e cinco por cento, sendo dez por cento a execução do Plano, facto preocupante porque existe uma diminuição do investimento municipal advindo da própria lei. Uma análise contabilística da Conta de Gerência mostra que no futuro existe uma tendência para um aumento no endividamento face aos compromissos assumidos porque considera não estarem previstos os pagamentos das expropriações do Parque da Cidade, da Zona Industrial de Lordelo e ainda os encargos assumidos com a empresa público-privada que explora o Parque de Estacionamento, nem contempla os encargos da manutenção deste. Referiu ainda que a dívida municipal se cifra nos vinte e dois milhões de euros e que o Partido Socialista se preocupa com a gestão da Câmara Municipal, uma vez que a receita em 2010 foi de dezassete milhões de euros, significando que se os gastos de um ano fossem nulos, esta receita não daria para pagar a dívida. O excesso de endividamento, os valores a pagar por decisão do Tribunal são preocupações do Partido Socialista porque os tempos são de crise mundial, que afecta e agrava a situação Referiu que as dificuldades iriam continuar e que teria de haver essa consciencialização por parte do executivo camarário devido aos vinte e dois milhões de euros de dívida, dezasseis milhões a longo prazo e seis milhões a curto e médio prazo.-----

O Dr. António Paulo Soares Barbosa congratulou o Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo cumprimento da Lei das Finanças Locais. Ao seu teor, não se refere por achar ser uma questão técnica onde contavam as opções, cuja

2011.04.28

validação já foi feita aquando da eleição do actual executivo. Questionou a intervenção anterior por a achar de cariz político, vinculada a uma campanha eleitoral, dado que aquele Deputado Municipal referiu factos que ocorrem ao nível nacional, dos quais achava ser o partido daquele o único responsável pela situação de crise. A prestação de Contas apresentada, alvo da critica do Partido Socialista, provou que estas ficaram abaixo das expectativas e que no futuro, que é incerto, não será o PS a pagar as dívidas pois o PS continuará na oposição.-----

O Sr. António Gomes pediu um esclarecimento sobre os cortes nas despesas, referindo o Mapa de Evolução de Despesas por Classes, constante da folha 15 do Relatório de Gestão Municipal que se encontra apenso à acta, por não entender se representam redução ou aumento de despesa os valores relativos a Pessoal, desde 2005 a 2010. Pediu também esclarecimentos sobre os valores do mesmo Mapa, em termos de investimentos, entre o ano 2005 e 2010.-----

Interveio o Presidente da Assembleia para dizer que qualquer que tenha sido o executivo, o cumprimento da lei e em especial a do endividamento, nunca deixou de se cumprir. A Lei das Finanças Locais, a tutela dos vários organismos ministeriais, são a garantia da boa gestão sendo a alteração ocorrida na lei, o factor de um maior endividamento por parte das Câmara Municipais, não se pondo em causa a gestão de qualquer executivo.-----

O Dr. João Pedro Bastos da Silva, respondendo ao Dr. António Paulo Soares Barbosa, disse que não eram os partidos quem pagavam as dívidas mas sim os cidadãos e que não se podia adivinhar os votos dali a um mês, dois ou três anos. Referiu ainda que o juro subiu 4% em 3 meses por uma questão de poder político facto que levou à queda do governo acrescentando que o PPD/PSD não tinha a coragem de aplicar as políticas do FMI por serem ultra-liberais, preferindo segui-las. Referiu que a intervenção da oposição ao governo se baseava na irresponsabilidade e na sede de poder, acreditando que Vale de Cambra pode

2011.04.28

mudar e que durante a sua governação se continue a pagar a dívida apesar de não a terem criado. Disse que a sua intervenção se baseava apenas na questão de uma dívida de vinte e dois milhões de euros que tem de ser paga, sendo a forma de a pagar um problema por a receita ter sido somente de dezassete milhões, valor semelhante ao dos anos anteriores, sendo apresentado pela Câmara Municipal um orçamento de trinta e dois, trinta e três milhões, que permite um maior endividamento por parte do município, pedindo então um maior rigor nas contas. Demonstrou-se preocupado com o conteúdo do 1º parágrafo da folha 11 do Relatório de Gestão Municipal, que lê, dizendo que o relatório tem de ser feito nos moldes contabilísticos em vigor para o apuramento dos resultados de forma fiável.-----

O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares congratulou-se pela existência da Lei e que a Lei das Autarquias Locais obriga a amortizações que não estavam previstas antes dos prazos estipulados tendo as Câmaras Municipais contraído empréstimos a taxas vantajosas de 0,5% ou 1% que agora por força da lei tem de amortizar antes dos prazos estipulados, facto que leva a que em meia dúzia de anos a Câmara Municipal tenha amortizado as suas dívidas a taxas vantajosas e findo esse tempo exista disponibilidade para pagar a 8 ou 10%, devendo ser ponderada a aplicação da lei.-----

Referiu que a receita ser de dezassete milhões e a dívida de vinte e dois milhões não o preocupa visto os empréstimos a médio prazo estarem a ser pagos de acordo com a lei, no valor de dois milhões por ano, sendo contudo possível à Câmara Municipal pagar tudo em dois anos e meio, se deixar de fazer obras, questão que deixa em aberto.-----

O Sr. Engº Aníbal Moreira da Costa parabeniza a apresentação do relatório de contas feito pela Câmara Municipal, respectiva apresentação, explicação e relatório, afirmando que temia pelo futuro. Parabeniza ainda todos os governantes

2011.04.28

do país nos últimos anos, empresas e todas as Câmaras Municipais pelo desempenho demonstrado.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este respondeu ao Sr Dr. João Pedro Bastos da Silva dizendo-lhe que devia comunicar ao Sr Eng.º Sócrates para aplicar à Administração Central o artº 5º da Lei das Finanças Locais, que refere que não pode haver despesa corrente maior que receita corrente, pois seria essa a solução para os problemas do país. Referiu que em 2007 quando a Lei entrou em vigor, o limite de endividamento rondava um milhão de euros, havendo aquela capacidade de endividamento. Tendo este valor sido reduzido em algumas Câmaras para cinquenta por cento, colocou a Câmara Municipal em incumprimento, tendo esta de passar a fazer amortização da dívida imediatamente, dívida essa que era de longo prazo, a cerca de vinte e tal anos. Se o Partido Socialista, ganhando as eleições em Junho, voltar a reduzir nas mesmas proporções aquela capacidade de endividamento, a Câmara Municipal poderia passar à situação de bancarrota, o que ainda não aconteceu por estar devidamente controlada a situação. Disse que, sendo a dívida de dezasseis milhões, se a Câmara Municipal pagar cerca de dois milhões de euros por ano, dentro de oito anos está sem dívidas. Pergunta quantas gerações serão necessárias para pagar as asneiras que em quinze anos, mais gravemente nos últimos seis anos, o governo tem feito com a economia e hipotecando o futuro da juventude. Acha que as contas apresentadas têm rigor financeiro e estão devidamente controladas. Acrescentou que em 2007, a dívida a curto e médio prazo era de vinte milhões seiscentos e dezassete mil euros, em 2008, vinte e dois milhões e cinquenta três mil, em 2009, vinte e três milhões seiscentos e catorze mil e em 2010, vinte e um milhões novecentos e sessenta e nove mil. Em 2007, a dívida a curto prazo era de sete milhões duzentos e cinquenta mil, em 2008, oito milhões, em 2009, seis milhões quinhentos e vinte e seis mil e em

2011.04.28

2010, cinco milhões oitocentos e setenta mil, notando-se uma redução da dívida a curto prazo, não devendo haver receios na futura gestão da Câmara Municipal. Falou de outras Câmaras com orçamentos iguais e com dívidas superiores à da Câmara Municipal e de empresas públicas em situação de descontrolo financeiro. Deu valor ao tecido empresarial existente e à forte actividade económica no Município que possibilitou a arrecadação de receitas que permitiram também controlar os números apresentados. Sobre as políticas governamentais, frisou que o actual governo não pode dar lições de gestão porque em doze anos não a fez no governo, ao contrário de si, que em 3 anos não fez as mesmas asneiras nem considera estar no ranking das empresas que se posicionam no “lixo”, achando um insulto o facto do Deputado Municipal, Dr. João Pedro Bastos da Silva, comparar a sua gestão com a do partido no governo. Respondendo ao Sr. Deputado Municipal, Sr. António Gomes, disse que se houve um aumento da despesa com Pessoal e o seu número foi reduzido, demonstra que houve um aumento salarial que se prende com as promoções por motivos legais e ainda com factores externos à gestão da Câmara Municipal como o aumento de competências na área da educação, transferidas do governo, as quais teve de gerir.-----

Na evolução da despesa, o investimento de quatro milhões novecentos mil euros corresponde ao valor pago e não executado, sendo o executado de 78% e o investimento de 52%.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010, com quinze votos a favor da bancada do PPD/PSD, um voto contra do Sr. Albano Oliveira Braga (CDS/PP) e dez abstenções, sendo quatro da bancada do PS, cinco da bancada do CDS/PP e uma do Dr. Humberto Manuel Moreira Oliveira do PPD/PSD.-----

2011.04.28

Retiraram-se da sessão os deputados municipais, Engº Aníbal Moreira da Costa e Dr. António Paulo Soares Barbosa.-----

3. APROVAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2011: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 15 de Abril de 2011, que aprova a primeira revisão orçamental de 2011, cuja cópia se encontra apensa à acta da sessão.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do ponto, este referiu que já tinham sido dadas explicações pelo Chefe da Divisão Financeira e que tendo sido obtido um Resultado positivo, este passava para o ano seguinte.--- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a Primeira Revisão Orçamental de 2011, por maioria dos vinte e três a favor das bancadas do PPD/PSD, CDS/PP e PS, com a abstenção do Sr. Albano de Oliveira Braga (CDS/PP).-----.

4. APROVAÇÃO DO REFORÇO DA CONTA DE RESERVAS LEGAIS: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 15 de Abril de 2011, que aprova o reforço da Conta de Reservas Legais.-----

Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o reforço da Conta de Reservas Legais, por unanimidade dos vinte e quatro deputados municipais presentes.-----

5. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE VALE DE CAMBRA: Presente a deliberação de 15 de Março de 2011 que aprova a alteração ao Regulamento dos períodos de abertura e funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços.-----

2011.04.28

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este solicitou a apresentação do assunto, à Sr.ª Vereadora Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha, tendo esta explicado que a alteração ora em apreciação decorre de uma alteração legislativa que a Assembleia da República aprovou em Outubro do ano passado, relativa aos horários das grandes superfícies, transferindo essa competência para a Câmara Municipal, à semelhança do que acontece já com o comércio tradicional. A presente alteração é a harmonização dessa alteração legislativa ao Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços. Desde Outubro passou a ser da competência das Autarquias, o deferimento ou não do alargamento do horário das grandes superfícies, que até à data não existem em Vale de Cambra.-----

Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a alteração aos artigos 1º, 2º, 4º, 5º, 8ºA e 9º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, por unanimidade dos vinte e quatro deputados municipais presentes. A presente alteração fica apensa à acta da sessão.-----

6. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA FEIRA DE VELHARIAS, ANTIGUIDADES, ARTESANATO E COLECCIONISMO DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA:

Presente a deliberação de 15 de Março de 2011 que aprova o Regulamento da Feira de Velharias, Antiguidades, Artesanato e Coleccionismo do Município de Vale de Cambra.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este solicitou a apresentação do assunto, à Sr.ª Vereadora Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha, tendo esta informado que este Regulamento diz respeito à Feira que se

2011.04.28

realiza todos os primeiros domingos de cada mês no centro da cidade e traz muito movimento aquele centro, carecendo de uma regulamentação urgente, porque qualquer pessoa expõe os seus produtos, sejam antiguidades ou não. A Câmara elaborou o Regulamento em discussão, como forma de impor regras de organização para que se possa ter uma feira, mantendo-se o objectivo inicial. Alargaram a feira a coleccionismo e artesanato, por existirem muitos artesãos no município, possibilitando-lhes ali expor os seus produtos. O regulamento visa ainda estabelecer o espaço a ocupar por cada um dos expositores e respectiva taxa, fundamentada do ponto de vista económico e financeiro.-----

O Sr. António Gomes parabenizou a Câmara Municipal pela atitude tomada, organizando e legalizando aquela feira de Velharias. Referiu que ia abster-se da votação apenas por não concordar com o local de realização da mesma, pois preferia que esta fosse em local diferente tal como em Espinho, de modo a preservar os jardins onde são colocados objectos para venda.-----

A Sr.ª Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares referiu que a planta anexa ao Regulamento demarca os espaços que devem ser utilizados e os espaços verdes não são de forma alguma utilizados. No caso daqueles que possam expandir-se para além do espaço autorizado, a Câmara certamente estará atenta a essas situações. Informou ainda que a organização inicialmente esteve a cargo de um grupo de cidadãos do concelho, mas que o seu sucesso e continuidade obrigou a regulamentar a referida Feira.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que o PS vê com agrado a regulamentação desta feira no centro de Vale de Cambra, que dá vivacidade ao concelho e ao centro do cidade, que se havia perdido pela deslocação da Câmara Municipal. Alertou para a necessidade de fiscalização rigorosa para que a referida feira não se descaracterize e possibilitem a oportunidade da venda de produtos

2011.04.28

novos. Disse que é importante criar uma tradição e mantendo-a dentro das regras e limites que se aprovam.-----

Tendo sido pedida a palavra, pelo executivo camarário, pela Sra. Vereadora

Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha, foi dito, como resposta à questão da localização da feira, apresentada pelo Sr. António Gomes, que a realização desta no centro da cidade, traz movimento e uma vida própria à Praça onde estão agora a colocá-la. A deslocação da mesma para o Mercado Municipal ou para o espaço da feira quinzenal, não obstante estar perto do centro, não seria a mesma coisa.---

Referindo que gostaria de ver a recriada a feira dos 9 e 23 no centro de Vale de Cambra, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Regulamento da Feira de Velharias, Antiguidades, Artesanato e Coleccionismo do Município de Vale de Cambra, com vinte e dois votos a favor das bancadas do PPD/PSD, CDS/PP e PS e duas abstenções do Sr. António Gomes e Sr. Albano Oliveira Braga, ambos da bancada do CDS/PP. O Regulamento aprovado fica apenso à acta da sessão.-----

7. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DAS FESTAS DE

SANTO ANTÓNIO: Presente a deliberação de 22 de Março de 2011 que aprova o Regulamento e Tabela de Taxas das Festas de Santo António.-----

Tendo sido dada a palavra ao executivo camarário, pela Srª Vereadora Dr.ª

Adriana Helena Silva Rodrigues foi dito que uma vez que a Câmara Municipal assumiu a organização das Festas de Santo António, que considera serem as festas do concelho e, como até à altura não havia regulamento em vigor, a Câmara viu-se na iminência de ter de preparar este regulamento como um conjunto de normas e regras para o bom funcionamento das mesmas, bem como a tabela de taxas associada para a ocupação do espaço público.-----

O Sr. António Gomes referiu que irá abster-se pois não concorda que seja a Câmara Municipal a organizar as Festas, acrescentando que foi retirado o direito

2011.04.28

aos cidadãos do concelho que faziam a festa, com verbas provenientes do peditório efectuado por todo o concelho. Referiu que tendo o Sr. Presidente anunciado, no dia 3 de Março, cortes de despesa no valor de um milhão de euros, não entende como é que assume agora as Festas de Santo António. Conclui daqui que as Finanças da Câmara Municipal não estejam afinal assim tão mal, pois este acto não o vê nas Câmaras do Porto nem de Lisboa com os respectivos Santos Padroeiros.-----

A Sra. Dr.ª Maria do Rosário Simões de Carvalho louvou a atitude de criar um regulamento para as Festas, colocou as seguintes questões:-----

- se os divertimentos, designadamente carroceis serão localizados no Parque da Cidade.-----

- relativamente ao n.º 2, do artigo 7.º perguntou qual o critério a aplicar;-----

- quanto aos n.º 3 e 4, do artigo 23.º perguntou quais os critérios a aplicar. Dá ideia que só quem o Sr. Presidente da Câmara quiser, poderá fotografar as festas.-----

O Sr. Albano Braga disse ser a favor das festas, sendo o seu sentido de voto contra, por considerar que as mesmas devem ser levados a cabo pela sociedade civil. Declaração de voto.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este refere que há um lapso no ponto 7, pois não está devidamente explícito, devia dizer aprovação do Regulamento e Tabelas de Taxas das Festas do Município e do Padroeiro Santo António. São as Festas do Município e como o nome indica devem ser conduzidas pelo próprio Município. A Câmara Municipal comunicou em tempo essa sua posição à anterior Comissão de Festas, que terminou o seu mandato em 2010, assumindo as responsabilidades da organização. Até ao momento não chegou ao conhecimento da Câmara Municipal a existência de qualquer Comissão.-----

2011.04.28

Passando a palavra à Sr.^a **Vereadora Dra. Adriana Helena da Silva Rodrigues**, esta informou que dada a contenção de custos, este ano se vão realizar em simultâneo as Festas de Santo António e a Mostra Municipal de Gastronomia, Artesanato e Vinhos, eventos realizados com duas semanas de intervalo, em anos anteriores. Quanto à capacidade financeira, esclareceu que a Câmara Municipal sempre deu um enorme subsídio para as Festas, suportando ainda os gastos com o fogo de artifício e as Marchas, não sendo muito grande o acréscimo em assumir a totalidade da organização das Festas de Santo António, em relação ao que pagaram noutros anos.-----

A Sr.^a Vereadora Dr.^a Elisabete Soares Moreira da Rocha informou que o artigo 7.º deverá ser lido na totalidade e não apenas a primeira parte, pois a segunda parte descreve os critérios, isto é, os que não se ajustam ao âmbito ou objectivo das Festas que são promover o Município e o Santo Padroeiro. Os pedidos serão aceites ou não, se eventualmente venham ou não a violar esse conceito. O Regulamento não tem de ter todas as questões concretas, é geral e abstracto para se adaptar às questões que possam surgir, de forma a não manietar a Câmara Municipal ou quem de direito a poder decidir e pronunciar-se sobre as mesmas. Quanto à questão da publicidade, tem que ver com a captação de imagens ou fotografias dos grupos que actuam, que terá de ser feito de acordo com o previsto na lei. Caso a caso e anualmente será decidido o que será ou não gravado.-----

O Sr. Presidente da Assembleia ressaltou que o que está em discussão é o Regulamento das Festas do Município que inclui as Festas de Santo António cuja parte religiosa, era organizada pela Comissão Fabriqueira de Vila Chã.-----
Referiu ainda que as festas do Município foram planeadas em 1983, pela Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Vila Chã e Comissão Fabriqueira de Vila Chã,

2011.04.28

tendo a Câmara Municipal prestado sempre todo o apoio às Comissões de Festas que ao longo dos anos sempre prestigiaram o Município.-----

O Sr. Presidente da Câmara referiu novamente que estas são as Festas do Município e Festas de Santo António. Referiu que a Câmara não está tão mal ao ponto de não ter dinheiro para as Festas, mas supõe que gastará ainda menos dinheiro daquele que foi gasto o ano passado com as Mostra Municipal e as Festas de Santo António, devido à fusão destes dois eventos. Referiu ainda que parte destas Festas têm apoio financeiro no âmbito da candidatura da Regeneração Urbana e que a parte religiosa está a ser organizada pelo Pároco e Fábrica da Igreja de Vila Chã, a quem publicamente agradeceu. Apelou à presença dos Senhores Presidentes de Junta e todos os presentes, na Procissão Solene.-----

O Sr. António Gomes referiu que, há cerca de 5 anos, foi formada a Associação Cultural e Recreativa das Festas de Santo António de Vale de Cambra, tendo a Câmara suportado sempre uma grande parte das Festas de Santo António. Lamentou o facto do Sr. Presidente da Câmara ter dito que a associação das festas foi destituída, pondo em causa a competência da Câmara em destituir uma associação devidamente legalizada. Comentou que não era contra a iniciativa da Câmara Municipal em liderar a organização das festas, mas que existia e existe uma Associação para o efeito, tal como a Comissão das Festas Setembrinas.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga pediu esclarecimentos relativamente ao artigo 21.º, perguntando como explicar aos milhares de pessoas que visitam as Festas, que não é permitido tirar fotografias, entendendo que tal colide com a liberdade e os direitos dos cidadãos. Perguntou ainda como vai ser controlada essa situação e se a GNR será chamada a intervir. Assim, propôs a retirada do n.º 3 do artigo 21.º do Regulamento em apreço.-----

2011.04.28

O Dr. João Pedro Bastos Silva perguntou qual a data de realização da Mostra Municipal e da sua coincidência com as Festas da Cidade, bem como, se no futuro as Festas passarão a ser realizadas no recinto do Parque da Cidade, de modo a não incomodar a população que reside no centro da cidade.-----

O Sr. Presidente da Câmara reafirmou que na sua intervenção anterior referiu que a Comissão acabou, terminou o mandato, e que ela própria não foi substituída por outra Direcção, ao que sabe, pois não chegou ao conhecimento da Câmara Municipal a existência de outra Comissão com vontade de ajudar a organizar as Festas.-----

Informou que a Mostra Municipal terá uma semana de duração e acontecerá em simultâneo com as Festas, embora se inicie uns dias antes.-----

Referiu que no futuro é intenção tirar dividendos do Parque da Cidade e que o mesmo estará inevitavelmente interligado com o centro da Cidade, tal como previsto no projecto de Regeneração Urbana. A este respeito informou que a obra do Parque actualmente a decorrer está bastante adiantada. Acrescentou que nunca poderia ter reflectido nestas contas uma despesa que só terá daqui a um ano com o Parque da Cidade. A mesma coisa acontece com o Parque Subterrâneo, pois ainda não se procedeu ao pagamento de qualquer reequilíbrio financeiro. A este respeito salientou que quanto maior for a gratuitidade do estacionamento, defendida pela oposição, mais alto será o reequilíbrio financeiro. Entende que não fica muito bem à oposição estar sempre a referir que o Parque é megalómano e questionar como o vão pagar. Disse ainda que devem ter alguma fobia quanto ao parque de estacionamento. Referiu a necessidade de se abandonar o espírito de ruralidade que ainda paira no ar e definitivamente assumir a cidade, uma cidade em breve requalificada de que os Valecambrenses se poderão orgulhar. Entende que quem está na oposição fica com uma dorzinha de cotovelo por não terem sido contemporâneos ou não terem sido eles próprios a

2011.04.28

executar, mas o Parque é de todos, é um parque de grande dimensão sim, mas diferenciador de outros municípios de modo a ter a capacidade de atrair pessoas a Vale de Cambra. -----

A Dr.ª. Célia Maria dos Santos Tavares salientou que através dos documentos recebidos da Câmara Municipal constatou que não era conhecida este ano a comissão organizadora das Festas do Município e que, perante esta situação, a Câmara teria a opção de realizar as festas ou não. Está contente com a opção tomada, porque a Câmara já suportava a maioria das despesas, acrescentando-lhe agora mais algumas, organizando assim as Festas do Município à excepção da parte religiosa que continua a ser da responsabilidade da área religiosa. -----

Relativamente à possibilidade de fotografar ou não, referiu que a lei da publicidade é clara e que relativamente aos factos que ocorrem, ditos actos públicos, esses podem ser fotografados independente de autorização e outros não. O artigo 21.º refere-se a esses actos, tendo o Sr. Presidente da Câmara, na realização de produção sonora, cinematográfica ou televisiva, a competência da sua autorização. Acrescentou que não existe a ideia de proibir os turistas de fotografar a principal atracção da Festa de Santo António ou outra qualquer actividade. Acredita que as Festas serão um grande sucesso, pois tendo em conta o momento de crise vivido no País, são necessários eventos culturais que tragam alegria à população. Agradeceu a cada um dos Mordomos da Festa que deram do seu tempo e esforço para a realização das Festas, realizando um trabalho extraordinário.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu pensar que nunca teria a necessidade de ali ter de defender a honra da sua bancada por ter sido achincalhado pelo Sr. Presidente da Câmara, por este ter dito que a oposição e o PS eram mesquinhos, atitude que considera degradante, de baixo nível e arrogante.-----

2011.04.28

Frisou que lembrara apenas que teriam de pagar as despesas com as expropriações do Parque da Cidade, da Zona Industrial de Lordelo e com o Parque Subterrâneo, não disse que estas tinham de constar nestas Contas.-----

De seguida, referiu que com o cancelamento do Festival do Trebilhadouro e da Romaria à Sra. da Saúde se perde mais uma oportunidade para atrair pessoas ao concelho. O mesmo acontece aliando a Mostra Municipal às Festas de Santo António, pois a Mostra realizava-se num período de menor actividade turística no concelho. -----

O Sr. Presidente da Assembleia da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Regulamento das Festas do Município em honra do Padroeiro Santo António com vinte e dois votos a favor, sendo catorze da bancada do PPD/PSD, quatro da bancada do CDS/PP e quatro da bancada do PS, um voto contra do Sr. Albano Oliveira Braga (CDS/PP) e uma abstenção do Sr. António Gomes (CDS/PP). O Regulamento aprovado fica apenso à acta da sessão.-----

Declaração de voto do deputado municipal Albano Oliveira Braga:“Voto contra este ponto da ordem de trabalhos, porque entendo que a promoção, organização e execução de qualquer festa/romaria, no que diz respeito aos aspectos religiosos e profanos, devem ser levados a cabo pela sociedade civil.----

As autarquias devem ser chamadas a colaborar na medida das suas possibilidades, tratando de igual modo as Freguesias. -----

Quando se retira a iniciativa à sociedade civil, corre-se o risco de no futuro não se criarem hábitos comunitários de organização da sociedade, o mesmo é dizer, o esvaziamento da criatividade e vontade das pessoas.”-----

8. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA: Presente a deliberação de 22 de Março

2011.04.28

de 2011 que aprova a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra.-----

Dada a palavra à Câmara Municipal, a Vereadora Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha referiu que a proposta agora apresentada se refere a duas alterações que tem que ver com o aumento da taxa cobrada a esplanadas no período das Festas. As taxas são fundamentadas do ponto de vista económico-financeiro, e tem que ver com o aumento da circulação de pessoas nesta altura e com o conseqüente aumento da actividade económica. Prevê-se uma excepção relativa aos estabelecimentos que requeiram esplanada para todo o ano, que por a pagarem durante todo o ano pagarão o mesmo valor. Outra taxa tem que ver com a licença de actividade ruidosa, que por lapso na última alteração tinha sido excluída e se dá novamente como constante do regulamento. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a alteração aos artigos 5º, 7º e 28º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, com vinte e três votos a favor das bancadas do PPD/PSD, CDS/PP e PS, tendo-se absterido o Sr. Albano Oliveira Braga (CDS/PP).-----

A presente alteração ao Regulamento fica apensa à acta da sessão.-----

Retirou-se da sessão a deputada municipal, a Dr. Célia Maria dos Santos Tavares.-----

9. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROJECTO CÂMARA AMIGA:

Presente a deliberação de 5 de Abril de 2011 que aprova o Regulamento do Projecto Câmara Amiga.-----

A Vereadora Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha referiu que o Projecto Câmara Amiga foi lançado pela Câmara Municipal em Maio de 2010 e tem como população alvo a população sénior do município. Foram diagnosticadas pela

2011.04.28

Divisão de Acção Social algumas dificuldades na população mais idosa, ligadas ao seu quotidiano e que a Câmara Municipal entendeu por bem fazer face a elas contribuindo de alguma forma para o bem estar da população idosa. Nessa medida, é apresentado o presente Regulamento que prevê quem beneficia do Projecto Câmara Amiga, quais as intervenções que eventualmente a Câmara poderá prestar e todo um restante conjunto de regras para que o Projecto possa funcionar devidamente.-----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o a alteração ao Regulamento do Projecto Câmara Amiga com vinte e dois votos a favor das bancadas do PPD/PSD, CDS/PP e PS, tendo-se absterido o Sr. Albano Oliveira Braga (CDS/PP). O Regulamento aprovado fica apenso à acta da sessão.-----

10. PARECER EMITIDO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA -

Resultados da Actividade Municipal de Protecção Civil e de combate a

incêndios: Presente a deliberação de quinze de Março de dois mil e onze pela qual a Câmara Municipal tomou conhecimento do parecer emitido pelo Conselho Municipal de Segurança -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do parecer emitido pelo Conselho Municipal de Segurança sobre os resultados da Actividade Municipal de Protecção Civil e de combate a incêndios-----

11. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA (bem como substituto) PARA PARTICIPAR NO XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES: Presente o ofício n.º 301/2011, de 08-04-2011 da Associação Nacional de Municípios para efeitos de eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para representação do Município no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

2011.04.28

nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos da ANMP e da a) do artigo 2º do Regulamento do XIX Congresso.-----

Foi apresentada, pela bancada do PPD/PSD, uma lista designada Lista A composta pelo Sr. Jorge Tavares Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões e o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal, como suplente.-----

A Assembleia Municipal, por escrutínio secreto realizado na presença de vinte e três deputados municipais, obteve catorze votos a favor da Lista A, sete abstenções e dois votos em branco, tendo eleito o Sr. Jorge Tavares Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões e o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal como suplente, para representar o Município no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

12. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE OURO DO MUNICÍPIO, COM O TÍTULO DE “CIDADÃO HONORÁRIO DE VALE DE CAMBRA”, AO REVERENDO

PADRE MARTINGO: Presente a deliberação da Câmara Municipal, de quinze de Abril de dois mil e onze, que aprova a proposta do Sr. Presidente da Câmara para atribuição da Medalha de Ouro do Município, com o título de “Cidadão Honorário de Vale de Cambra” ao Reverendo Padre Martingo.-----

O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão, dando a palavra aos deputados municipais presentes:-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques profere a intervenção que se transcreve na íntegra:-----

“O Reverendo Padre Joaquim Valente Martingo é uma personalidade marcante e incontornável da história do nosso município, pelo muito que tem vindo a fazer ao longo dos trinta e quatro anos, que completará no próximo dia dois de Outubro, da

2011.04.28

sua acção Pastoral, Social e Cultural em Vale de Cambra, e especificamente nas paróquias de S. Pedro de Castelões e S. João Baptista de Cepelos.-----

O seu elevado sentido humanista, na sua máxima entrega em favor dos mais desprotegidos, a sua superior sensibilidade cultural e o espírito de missão que o tem animado, marcam, de forma indelével, Vale de Cambra e os Valecambrenses.-----

É de todos conhecida a sua vasta obra social de que se destacam os Centros Sociais e Paroquiais de S. Pedro de Castelões e S. João Baptista de Cepelos, o seu empenho na construção de património religioso, como são exemplos a Capela de Vilar e a da Póvoa dos Chões, beneficiação e preservação de diversos templos como a majestosa Igreja de S. Pedro de Castelões, e de um modo geral todas as Capelas abertas ao culto nas referidas paróquias.-----

A sua sensibilidade para as áreas do bem estar, lazer e ambiente é patente nos investimentos e cuidados prestados aos parques que circundam os templos como os Parques de Nossa Senhora da Saúde da Serra, de Nossa Senhora da Ouvida entre outros.-----

Grande obra é, sem dúvida,também, a sua obra humana como pastor, timoneiro dentro e fora das suas paróquias. O Reverendo Padre Martingo é uma personalidade que exerce o seu múnus com muita humildade, mas é, também por isso, uma referência que extravasa largamente as fronteiras das suas paróquias, do município e até da região. É um coração aberto a todos e por isso é procurado por todos, e de todas as paragens, para as mais diversas solicitações.-----

Ao propor a atribuição da Medalha de Ouro do Município, com o título de “Cidadão Honorário de Vale de Cambra” ao Reverendo Padre Joaquim Valente Martingo, a Câmara Municipal está de parabéns, pratica um acto de justo reconhecimento que é devido, e que, testemunhando as qualidades do

2011.04.28

homenageado, mais dignifica o Município na materialização do nosso sentimento colectivo para com a sua personalidade.-----

Vale de Cambra fica hoje um concelho mais rico com a atribuição do título de “Cidadão Honorário” ao Padre Joaquim Valente Martingo.”-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que a bancada do PS irá aprovar com toda a certeza esta atribuição de medalha de mérito ao reverendo Padre Martingo por toda a actividade que realizou ao longo dos 34 anos em Vale de Cambra e que muito fez enquanto homem para o bem estar das populações que vivem em maiores dificuldades no concelho. Consideram ser esta uma justa homenagem.---

Interveio o Sr. António Gomes referindo não estar mandatado pela Bancada do CDS/PP e acrescentou que corroborava com tudo o que disse o Dr. Pina Marques, julgando contudo, que não seria necessário acrescentar palavras ao que disse o Sr. Presidente da Câmara na sua proposta. Deu conhecimento da sua declaração de voto sobre o assunto em apreço.-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques referiu não ser verdade aquilo o que o Sr. Gomes acabou de dizer na parte final da sua declaração de voto.-----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e com aclamação dos vinte e três deputados municipais presentes, aprovar a atribuição da Medalha de Ouro do Município com o título “Cidadão Honorário de Vale de Cambra” ao Reverendo Padre Joaquim Valente Martingo. -----

Declaração de voto do Deputado Municipal António Gomes: “Nos termos da alínea h) do artigo 35.º do Regimento desta Assembleia em vigor, e, sobre a proposta do Senhor Presidente da Câmara para a atribuição da Medalha de Ouro do Município com o título de “Cidadão Honorário de Vale de Cambra”, ao Reverendo Padre Martingo; que só perde por tardia, corroboro totalmente com os seus fundamentos que acho 100% justos pois conheço o Padre Martingo desde que veio para a minha Freguesia em 1.977.-----

2011.04.28

Só que não ficava de bem com a minha consciência de pensar que V. Ex.^a apenas se lembrasse disso agora por o mesmo ao longo deste tempo todo e de que maneira sempre se empenhou a ajudar eleger Presidentes de Câmara e de Junta só do PSD no nosso concelho. À parte disso V. Ex.^a está de parabéns, por isso voto 100% a favor.”-----

13. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 25.º DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA

MARIA: Presente a deliberação da Câmara Municipal, de 15 de Abril de dois mil e onze, que aprova a alteração ao Artigo 25º dos Estatutos da Associação Municipal de Municípios de Terras de Santa Maria, nos seguintes termos:

“Considerando que:-----

a) O município de Vale de Cambra é membro da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (abreviadamente designada por AMTSM);-----

b) Os estatutos da Associação referida na alínea anterior não prevêm a competência para propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;-----

c) Um dos projectos mais relevantes da AMTSM é a implementação de um parque empresarial de recuperação de materiais, acolhimento empresarial e logística;-----

d) O projecto atrás mencionado integra uma candidatura a fundos comunitários;---

e) A PERM, EIM é uma empresa pública inter-municipal cujo capital social é detido maioritariamente pela AMTSM;-----

f) A PERM, EIM enquanto promotora da candidatura mencionada é responsável pelas diligências inerentes ao procedimento expropriativo com vista à declaração de utilidade pública e posse administrativa das parcelas de terreno afectas à implementação do projecto;-----

2011.04.28

g) Os estatutos da PERM, EIM não prevêm a possibilidade de requerer a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;-----

Impõe-se alterar os estatutos da AMTSM de modo a consagrar a competência para requerer a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação. Assim propõe-se, nos termos dos artigos 35.º, n.º 3 e 4º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto o aditamento de um n.º 6 ao artigo 25.º dos estatutos da AMTSM, publicitado no Diário da República III Série, de 28 de Junho de 2004, com o seguinte teor:-----

“Compete ao Conselho Directivo propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação”.-----

Mais autorizam, desde já, que a Assembleia Inter-municipal da AMTSM delibere a alteração dos estatutos da PERM, EIM no sentido de esta ficar habilitada a tratar a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação.”-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu ter já estado presente na Assembleia Municipal uma obra importantíssima para o Entre Douro e Vouga - o PERM - Parque Empresarial de Resíduos Materiais, que pretende fazer a recolha de todos os materiais ferrosos. Será o primeiro parque modular e a ser liderado por uma Associação de Municípios, e está a ser muito acarinhado pela União Europeia. Este Parque tem uma parceria entre os Municípios e os Privados e está em apreciação a concessão de autorização à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM) para alterar os seus Estatutos para depois serem corrigidos os próprios estatutos dessa empresa a ser criada pelos privados e pela AMTSM, para se fazerem as necessárias expropriações. Inicialmente pensavam ser a Câmara de Santa Maria da Feira a liderar o processo de expropriação uma vez que o terreno se situa em área daquele Município, mas consultado o Tribunal de Contas verificou-se ser esta a melhor opção a tomar. Todas as Câmaras e

2011.04.28

Assembleias dos Municípios que integram a AMTSM estão a proceder a esta autorização.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva questionou a razão de não ser o município a fazer o pedido de utilidade pública em vez de um privado. Perguntou se tal procedimento é permitido por lei. Terminou referindo considerar que podiam ser os Municípios a liderar o pedido de utilidade pública.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o procedimento é legal, tendo sido consultado o Tribunal de Contas previamente. O Município de Santa Maria da Feira poderia realmente fazer a expropriação, mas neste caso surgia a questão legal de como passar depois o terreno para a esfera privada, bem como procederia ao pagamento de 600000m2 de terreno expropriado.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a alteração aos Estatutos da Associação Municipal de Municípios de Terras de Santa Maria da Feira, nos termos propostos pela Câmara Municipal, com dezoito votos a favor das bancadas do PPD/PSD e PS, tendo-se absterido os cinco deputados municipais presentes da bancada do CDS/PP.-----

14. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e) do artigo 53.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente para apreciação, informação escrita de 15 de Abril de 2011, da Vereadora da Câmara Municipal com competências delegadas por despacho de 12 de Abril de 2011, acerca da actividade do Município e respectiva situação financeira.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta da acta da presente sessão.-----

2011.04.28

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO:** **Interveio José António Abrantes Soares Almeida**, na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia de Macieira de Cambra eleito pelo CDS/PP, dizendo que, no âmbito de estudo feito sobre os problemas da Freguesia de Macieira de Cambra, os quais também eram de outras Freguesias, se elaborou uma Recomendação, presente na sessão de catorze de Abril de dois mil e onze da Assembleia de Freguesia, através da qual sugerem à Câmara Municipal que, como entidade pública e face ao estado da economia e respectivas medidas de austeridade, intervenha no apoio social às famílias mais débeis, com problemas de desemprego, pensionistas cujo rendimento médio seja inferior a 90% do IAS, entre outros, sendo a isenção de taxas uma das medidas extraordinárias que recomendam, bem como a respectivo controlo e regulamentação.-----

Tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este agradeceu a recomendação e esclareceu que se iria efectuar uma análise atenta, alertando também para a questão da cobrança de taxas de resíduos sólidos somente a alguns munícipes que são também consumidores de água, sendo a intenção da Câmara Municipal a busca do equilíbrio entre essa receita proveniente das taxas de resíduos sólidos e a eventual despesa com o apoio às famílias mais carentes.-

Interveio o Presidente da Assembleia, esclarecendo que existem pessoas que ainda não têm água canalizada e que esta situação devia ser tida em conta em todas as análises, estudos e procedimentos.-----

Interveio o vereador da Câmara Municipal, **Dr. José Pedro Vieira de Almeida** que, enquanto responsável do pelouro das águas e saneamento, referiu estar já incorporado no tarifário em vigor a vertente das famílias carenciadas e das famílias numerosas. Informou que tem a maior disponibilidade para favorecer aos

2011.04.28

proponentes da recomendação as informações e os elementos necessários que permitam a sua mais completa análise, permitindo assim que as novas realidades sociais que constantemente vão surgindo possam ser contempladas, enquanto durarem, em eventuais alterações futuras do tarifário as quais terão, em qualquer caso, de ser feitos de acordo com as recomendações da ERSAR. Afirmou por isso a sua abertura para proceder à análise dessa questão em conjunto com os referidos proponentes. Mais referiu que têm vindo a ser praticadas políticas de incentivo de ligação às redes de saneamento e de abastecimento de água, devido à disponibilidade da rede não utilizada, o que tem permitido um aumento de consumidores e de receita sem aumentar a rede existente. Referiu também que a criação de um tarifário especial para o momento que se atravessa seria uma questão na qual no momento oportuno poderia intervir.-----

O Presidente da Assembleia perguntou se existia isenção dos agregados familiares no actual tarifário.-----

Respondendo à questão posta, **o Vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida**, informou que existe um tarifário a custos reduzidos para famílias carenciadas e é aplicado o escalão mais baixo, não existindo qualquer isenção.-----

Interveio Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva, na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Freguesia eleito pelo CDS/PP, residente em Macieira de Cambra, solicitando esclarecimentos sobre as obras junto à Escola Secundária e quais as Escolas que irão encerrar, em especial a Escola de St^a Cruz e, para onde serão transferidos os alunos bem como se estão previstas ocupações pós escolares até ao fim do horário laboral dos pais.-----

Dada a palavra ao executivo, pela **Vereadora Dr.^a Elisabete Soares Moreira da Rocha** foi referido que as obras na Escola Secundária não eram responsabilidade da Câmara Municipal e que, em relação ao encerramento das Escolas era premissa de encerramento a existência de menos de 21 alunos, sendo o

